

Diretoria se reúne para discutir proposta de realização de debate entre candidatos a PGJ

A diretoria da Associação Paraibana do Ministério Público se reuniu o último dia 25 e deferiu os requerimentos formulados pelos associados Bertrand de Araújo Asfora, Carlos Romero Lauria Paulo Neto e Amadeu Lopes que pleiteiam a realização de um debate entre os interessados ao cargo de procurador-geral de Justiça da Paraíba.

Além do presidente Bergson Formiga, participaram da reunião o primeiro secretário, Rodrigo Pires de Sá; o diretor cultural, João Benjamim Delgado Neto; o diretor jurídico, Leonardo Quintans Coutinho, o diretor de Ouvidoria e Comunicações: Márcio Gondim do Nascimento e diretor da sub-sede de Cajazeiras, Stoessel Wanderley.

Após a aprovação do pedido, a diretoria passou a fixar parâmetros para a realização do debate. Ficou decidido que o mediador não terá vínculo com o Ministério Público e que o debate será apenas para membros e servidores da instituição. Será criada uma comissão para análise dos pedidos de direito de resposta formada pelo diretor jurídico, Leonardo Quintans, diretor da sub-sede



de Cajazeiras, Stoessel Wanderley e pelo ouvidor Márcio Gondim. O debate será realizado em quatro blocos.

O primeiro dedicado à apresentação dos candidatos. No segundo, cada candidato terá que fazer uma única pergunta para um outro concorrente. As perguntas do terceiro bloco serão formuladas por membros e servidores, previamente encaminhadas à diretoria da APMP, que também vai formular perguntas de interesse da classe, para que sejam sorteadas durante o debate. O último bloco será para as considerações finais.

Uma reunião entre a diretoria e os candidatos ainda vai acontecer quando o prazo das inscrições terminar.

APMP apresenta requerimentos ao procurador-geral de Justiça



O presidente da Associação Paraibana do Ministério Público (APMP), Bergson Formiga, e o diretor jurídico Leonardo Quintans se reuniram com o procurador-geral de Justiça do Ministério Público da Paraíba

(MPPB), Bertrand de Araújo. O encontro ocorreu no gabinete do procurador-geral em João pessoa e, na oportunidade, a APMP encaminhou alguns pleitos à administração superior do MPPB. Uma das solicitações en-

caminhadas é a adequação da natureza jurídica da verba de substituição cumulativa, como já ocorre em outros estados da Federação, passando a ser considerada por lei como indenizatória. Outro pleito é a colocação de um assessor nas Promotorias de Justiça onde não há promotor titular. O procurador-geral adiantou que vai atender essa solicitação a partir do dia 20 de agosto, quando começa a vigência do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos servidores da instituição.

O pleito já foi apresentado pelo procurador-geral de Justiça ao Colégio de Procuradores, onde foi deliberado e encaminhado para a Comissão de Elaboração Legislativa.



REUNIÃO DA CONAMP DEBATE POSSIBILIDADE DE PERMUTA INTERESTADUAL NOS MPE'S

A APMP participou nesse mês de maio da 12ª reunião ordinária do conselho deliberativo da CONAMP, que decidiu, por unanimidade dos votantes, que a entidade é a favor da possibilidade de permuta entre membros de Ministérios Públicos estaduais distintos. No entanto, ainda estão em estudo quais condições e aspectos, objetivos e subjetivos, serão defendidos pela Conamp para nortear

o procedimento de permuta.

O presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (Ampem), Eudo Leite, está coordenando a análise e apresentará proposta de nota técnica sobre o tema.

Também está em fase de elaboração uma manifestação pública da entidade nacional sobre a Proposta de Emenda

à Constituição (PEC) 412 de 2009, que trata da organização da Polícia Federal, e proposições relacionadas. Foi decidido pelo conselho deliberativo que a Conamp é contra a aprovação da PEC e o presidente da Associação Sul-Mato-Grossense do MP (ASMMP), Lindomar Rodrigues, está à frente do processo de produção de texto técnico que fundamentar o posicionamento da instituição.

Maioridade Penal

Durante a reunião, foi aprovada a nota técnica contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171 de 1993, que reduz para 16 anos a idade limite da inimputabilidade penal. Para a entidade,

inimputabilidade não significa irresponsabilidade e impunidade, ficando os adolescentes autores de atos infracionais sujeitos às medidas socioeducativas, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Conamp acredita que ao enfrentamento da delinquência infanto-juvenil é indispensável a adoção de medidas políticas, administrativas e judiciais no sentido da distribuição de justiça social.

Propostas anticorrupção

Os presidentes das afiliadas à Conamp, membros do conselho deliberativo, aprovaram um conjunto de medidas a fim de contribuir no combate à corrupção e à impunidade. As propostas serão enviadas ao grupo de cooperação técnica coordenado pelo Ministério da Justiça que tem o objetivo de elaborar e incentivar a adoção de medidas voltadas à agilização de processos judiciais, procedimentos administrativos e apuratórios relacionados à prática de ilícitos contra o patrimônio público. As sugestões se organizam a partir de quatro eixos principais. Confira:

- reformulação da tipificação, sanção abstrata e execução das reprimendas penais impostas aos autores de atos de corrupção;

- alteração do sistema processual com o aprimoramento das medidas cautelares e celeridade e eficiência na resposta jurisdicional;



Conamp lamenta aprovação da PEC da Bengala

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 457/05, que aumenta de 70 para 75 anos a idade de aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU). A proposta foi aprovada com

333 votos favoráveis, 144 contrários e 10 abstenções.

Desde o início do trâmite da proposta, ainda em 2005, a Conamp posicionou-se contra a proposta, conhecida como PEC da Bengala. A entidade, em conjunto com demais associações nacionais do Ministério Público e da Magistratura, buscou demonstrar aos

parlamentares as consequências da medida, como o engessamento das carreiras de Estado e a estagnação da jurisprudência. A Conamp lamenta a aprovação da PEC da Bengala.

O texto aprovado é o projeto original enviado pelo Senado. De acordo com a PEC, a aposentadoria compulsória aos 75 anos poderá ser ampliada para todos os servidores públicos por uma lei complementar a ser discutida pelo Congresso Nacional.

Um destaque do PT, rejeitado por 350 votos a 125 e 10 abstenções, pretendia condicionar a aplicação da aposentadoria compulsória dos ministros desses tribunais também à mesma lei complementar, tornando a medida sem efeito imediato.

Para entrar em vigor, a PEC 457 será promulgada em sessão do Congresso.

Giro Nacional



- Os membros do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Estados e da União (CNPGE) elegeram seu novo presidente no dia 25 de maio, durante reunião ordinária realizada no Ministério Público Militar, em Brasília. O procurador-geral de Justiça de Goiás, Lauro Machado Nogueira, foi eleito para o cargo, com 16 dos 29 votos. Ele concorreu com o procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Norte, Rinaldo Reis Lima. O futuro Presidente do CNPGE assumirá o cargo no dia 10 de junho.

- No dia 14 de maio aconteceu a posse da nova diretoria e do colégio de delegados da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) para o biênio 2015/2017. O presidente eleito, José Robalinho Cavalcanti, ocupa o cargo deixado por Alexandre Camanho, que permaneceu na presidência da Associação nos últimos quatro anos. A cerimônia de posse foi marcada por discursos emocionados e a comemoração do reconhecimento do poder de investigação do Ministério Público pelo Supremo Tribunal Federal (STF)



- A promotora de Justiça Janina Schuenck Brantes Sacramento é a nova presidente da Associação do Ministério Público do Estado da Bahia (Ampeb). A posse da nova diretoria vai acontecer no dia 15 de junho. Realizada no dia 8 de maio, a eleição teve ao todo 275 votos, sendo 19 brancos e 4 nulos. A chapa "Ampeb sempre independente", única inscrita no pleito, foi eleita para o biênio 2015/2017.